

Sumário

A Reunião Plenária foi declarada aberta, após a verificação do quórum, eram 09 horas e 07 minutos.

***Período de Questões Gerais e Declarações Políticas (P.Q.G.D.P.)** – Iniciou-se com uma Declaração Política da UCID, apresentada pela Sra. Deputada Dora Pires, sobre o crescimento económico do País e do PIB, designadamente soluções para que haja medidas de políticas tomadas pelo MPD estão a servir a sociedade cabo-verdiana.*

No período de esclarecimentos, usaram da palavra os Srs. Deputados Armindo da Luz (MPD), Lúcia dos Passos (MPD), Rui Semedo (PAICV), Emanuel Barbosa (MPD), Paula Moeda (PAICV), Rui Figueiredo Soares (MPD), António Monteiro (UCID), José Maria Gomes da Veiga (PAICV), Isa Costa (MPD) e Alcides de Pina (MPD).

Sentindo-se ofendido com a intervenção do Sr. Deputado Emanuel Barbosa (MPD), o Sr. Deputado João dos Santos Luís (UCID) usou da palavra ao abrigo do n.º 1 do artigo 123º do Regimento da Assembleia Nacional, tendo o primeiro ripostado ao abrigo do n.º 2 do referido artigo.

Igualmente, sentindo-se ofendido com a intervenção do Sr. Deputado Rui Figueiredo Soares (MPD), o Sr. Deputado José Maria Gomes da Veiga (PAICV) usou da palavra ao abrigo do n.º 1 do artigo 123º, tendo o primeiro ripostado ao abrigo do n.º 2 do referido artigo.

Dando continuidade ao P.Q.G.D.P, a Sra. Deputada Gisele Lopes (PAICV) interveio sobre a comemoração do Dia da África e da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), assinalada no dia 25 de Maio, prestando uma homenagem aos cidadãos da CEDEAO que vivem em Cabo Verde. Na sequência, a Sra. Deputada Lúcia dos Passos (MPD) prestou esclarecimentos.

O Sr. Deputado Hélio Sanches (MPD) fez a sua intervenção para assinalar também o Dia de África, fazendo referência aos desafios do continente africano e a melhor integração de Cabo Verde na CEDEAO. Por último saudou a eleição da Sra. Deputada Lúcia dos Passos para a Comissão Permanente para a Igualdade de Género, Família, Juventude e Pessoas com Deficiência, no Parlamento Pan-africano.

O Sr. Deputado João Gomes (MPD) e a Sra. Deputada Lúcia dos Passos (MPD) prestaram esclarecimentos sobre este assunto.

A Sra. Deputada Dora Pires (UCID) interveio sobre o problema da falta de documentação dos africanos em Cabo Verde.

Na sua intervenção, o Sr. Deputado José Eduíno (PAICV) abordou os problemas de habitação, eletricidade e serviços de transfer para os turistas na ilha da Boa Vista.

Na sequência desta intervenção prestaram esclarecimentos os Srs. Deputados Dália Benohiel (MPD), José Eduíno (PAICV) e José Maria Fernandes da Veiga (PAICV).

A seguir foi a vez do Sr. Deputado João do Carmo (PAICV), que interveio sobre a ausência de voos internacionais (nomeadamente de e para Lisboa) a partir de São Vicente.

Os Srs. Deputados Luís Carlos Silva (MPD), João Gomes (MPD) e José Manuel Soares (MPD) prestaram esclarecimentos, tendo de seguida este último Deputado interpelado a Mesa.

Seguiram-se intervenções dos Srs. Deputados Nelson Brito (MPD) sobre o desporto e as conquistas na modalidade de ciclismo da ilha de São Nicolau; do Sr. Deputado António Monteiro (UCID) sobre os voos da TACV de/para São Vicente; e do Sr. Deputado Clóvis Silva (PAICV) sobre a falta de transportes para a Brava e do completo isolamento desta ilha. Esta última intervenção suscitou esclarecimentos dos Srs. Deputados David Gomes (MPD), Nuías Silva (PAICV) e Clóvis Silva (PAICV).

O Sr. Deputado Francisco Correia (MPD) interveio sobre a final do campeonato nacional de futebol entre Mindelense de São Vicente e Oásis do Sal, classificando-a como uma festa do desporto e unidade nacional.

A Sra. Deputada Georgina Gemiê (MPD) e o Sr. Deputado João Gomes (MPD) aproveitaram esta intervenção para prestar esclarecimentos.

O Sr. Deputado David Lima Gomes (MPD) interveio para falar também dos problemas dos transportes marítimos de e para a ilha da Brava.

Para responder às questões suscitadas durante esse período, usou da palavra o Sr. Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto (Fernando Elísio Freire), ao abrigo da alínea i) do artigo 114º do Regimento.

Sentindo-se ofendido durante a intervenção do Sr. Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto, o Sr. Deputado João do Carmo (PAICV) reagiu ao abrigo do n.º 1 do artigo 123º do Regimento da Assembleia Nacional, tendo o primeiro reagido ao abrigo do n.º 2 do mesmo artigo.

Na sequência, prestaram esclarecimentos o Sr. Deputado Manuel Inocêncio Sousa (PAICV) e o Sr. Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto.

O Sr. Deputado João Gomes (MPD) fez uma intervenção sobre a resolução dos problemas do País pelo Governo do MPD.

O Sr. Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto interveio sobre as ligações marítimas entre as ilhas do Fogo e da Brava, tendo o Sr. Deputado Manuel Inocêncio Sousa (PAICV) prestado esclarecimentos.

Na sua intervenção, o Sr. Deputado Rui Figueiredo Soares (MPD) focou-se nos problemas que persistem na ilha de São Vicente.

O Sr. Deputado António Monteiro (UCID) abordou, na sua intervenção, o preço das passagens aéreas para a ilha de São Vicente.

Numa nova intervenção, o Sr. Deputado Rui Figueiredo Soares (MPD) referiu-se aos mecanismos de resolução dos problemas da Cabo Verde Airlines.

Ao intervir, o Sr. Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto referiu-se às ligações aéreas para São Vicente.

Período da Ordem do Dia (P.O.D.) – *Deu-se continuidade à apresentação, discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei que estabelece as bases do Orçamento do Estado, definindo os princípios e regras que regulam a sua formulação, programação, aprovação, execução, avaliação, controlo e responsabilização.*

O Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças (Olavo Correia) apresentou os artigos de 76º-A a 88º, tendo os artigos 77º, 78º, 79º, 80º, 81º, 81º - A, 83º, 87º, 88º sido aprovados sem alterações, os artigos 76º - A, 82º, 84º, 85º, 86º com alterações.

Os artigos 9º, 10º, 11º, que tinham sido suspensos, foram aprovados, sem alterações.

Sobre o tempo de discussão do diploma, usaram da palavra os Srs. Deputados Emanuel Barbosa (MPD), Rui Semedo (PAICV), Rui Figueiredo Soares (MPD), tendo este solicitado uma suspensão da Sessão para uma Conferência de Representantes.

Entretanto, a Sessão foi suspensa às 11 horas e 29 minutos, tendo sido retomada às 11 horas e 38 minutos, com a informação de que aumentou-se em mais uma hora o tempo de discussão do diploma.

Durante a discussão, usaram da palavra, a diverso título, além do Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças, os Srs. Deputados João Baptista Pereira (PAICV), Julião Varela (PAICV), Lúcia dos Passos (MPD), Alcides de Pina (MPD), Rui Semedo (PAICV), Miguel Monteiro (MPD), Nuías Silva

(PAICV), Rui Figueiredo Soares (MPD), João dos Santos Luís (UCID), João Gomes (MPD), António Monteiro (UCID) e Janira Hopffer Almada (PAICV).

A Reunião Plenária foi suspensa às 12 horas e 34 minutos, tendo sido retomada às 14 horas e 55 minutos, com a continuação da apresentação, discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei que estabelece as bases do Orçamento do Estado, definindo os princípios e regras que regulam a sua formulação, programação, aprovação, execução, avaliação, controlo e responsabilização.

Foi retomada a discussão do artigo 14.º, que se encontrava suspenso, tendo o Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças feito a leitura da redacção consensualizada. Durante a discussão, usaram da palavra os Deputados Srs. António Monteiro (UCID) e Julião varela (PAICV). Este artigo ficou mais uma vez suspenso.

Foi aprovado o artigo 34.º-A.

O Sr. Deputado João Baptista Pereira (PAICV) apresentou as propostas consensualizadas dos artigos 34.º-B e 34.º-C, que foram aprovados com a nova redacção proposta. Durante a discussão usaram da palavra o Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças e o Sr. Deputado Alcides de Pina (MPD).

O artigo 44.º-A, cuja nova proposta de redacção foi apresentada pelo Sr. Deputado José Maria Fernandes da Veiga (PAICV), ficou suspenso.

O artigo 73.º foi aprovado, até o n.º 4, com as alterações sugeridas no dia anterior.

A Reunião Plenária prosseguiu-se com a discussão dos n.ºs 5 e 6 do artigo 73.º, no decurso da qual usaram da palavra, além do Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças, os Srs. Deputados Alcides de Pina (MPD), João Baptista Pereira (PAICV) e Rui Figueiredo Soares (MPD).

Fizeram interpelações à Mesa os Srs. Deputados Rui Semedo (PAICV) e Felisberto Vieira (PAICV).

Seguidamente, quando eram 15 horas e 47 minutos, o Sr. Presidente suspendeu a Reunião Plenária, por 10 minutos, para uma breve concertação entre os líderes parlamentares sobre os artigos suspensos, tendo sido retomada às 15 horas e 53 minutos com uma intervenção do Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças, que anunciou haver acordo quanto à aprovação do artigo 14º na sua versão original.

Posto isto, o Sr. Deputado Julião Varela (PAICV) pediu a releitura do artigo original, o qual foi feito pelo Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças, tendo logo em seguida sido aprovado sem alterações.

O Sr. Deputado José Maria Gomes da Veiga (PAICV) também informou haver acordo para se aprovar o artigo 40º A na sua versão original, o qual foi de imediato aprovado, sem alterações. Na sequência, o Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças apresentou o artigo 89º, que também mereceu aprovação, sem alterações.

Posteriormente, a Sra. Ministra da Justiça e do Trabalho (Janine Lélis) procedeu à apresentação da Proposta de Lei que Procede à primeira alteração à Lei n.º 30/VII/2008, de 21 de Julho, que aprova a Lei de Investigação Criminal, concretamente do artigo 14º, para a segunda deliberação da Plenária, de acordo com a apreciação feita pelo Tribunal Constitucional em decorrência do veto presidencial ocorrido aquando da sua submissão à promulgação.

Feita a apresentação, passou-se à discussão e aprovação, na especialidade, do artigo 14º, tendo o debate contado com intervenções, a título diverso, dos Srs. Deputados João Gomes (MPD), João Baptista Pereira (PAICV), Clóvis Silva (PAICV), Rui Figueiredo Soares (MPD) e Hélio Sanches (MPD), além da Sra. Ministra da Justiça e Trabalho.

Entretanto, a Reunião Plenária foi suspensa às 16 horas e 41 minutos, para uma concertação sobre a redacção do artigo 14º, tendo sido retomada às 16 horas e 36 minutos.

Na sequência, a Sra. Ministra da Justiça e do Trabalho apresentou a nova proposta de redacção para o artigo 14º.

O Sr. Deputado Clóvis Silva (PAICV) prestou esclarecimentos acerca da redacção das outras alíneas do mesmo artigo.

O artigo 14º foi aprovado com alterações.

O Sr. Presidente informou à Plenária acerca do horário parlamentar devido aos pontos da agenda que ainda faltam discutir.

Sobre este assunto o Sr. Deputado Rui Figueiredo Soares (MPD) fez uma interpelação à Mesa propondo, a pedido do Governo, a retirada da Proposta de Lei que aprova o regime jurídico da concessão de serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil. A proposta foi aceite pela Plenária.

De seguida, ao abrigo do n.º 2 do artigo 137º do Regimento da Assembleia Nacional foram submetidos à votação final global os seguintes diplomas:

– Proposta de Lei que estabelece as bases do Orçamento do Estado, definindo os princípios e regras que regulam a sua formulação, programação, aprovação, execução, avaliação, controlo e responsabilização;

– Proposta de Lei que procede à primeira alteração à Lei n.º 30/VII/2008, de 21 de Julho, que aprova a Lei de Investigação Criminal - Segunda Deliberação.

A Proposta de Lei que estabelece as bases do Orçamento do Estado, definindo os princípios e regras que regulam a sua formulação, programação, aprovação, execução, avaliação, controlo e responsabilização, foi aprovada, pela unanimidade dos Deputados presentes, com 55 votos, sendo 31 do MPD, 21 do PAICV e 3 da UCID. Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Julião Varela (PAICV), João dos Santos Luís (UCID) e Armindo da Luz (MPD).

Posteriormente, a Proposta de Lei que procede à primeira alteração à Lei n.º 30/VII/2008, de 21 de julho, que aprova a Lei de Investigação Criminal - Segunda Deliberação, foi aprovada com 54 votos a favor, sendo 30 do MPD, 21 do PAICV e 3 da CUID; uma abstenção do Sr. Deputado Hélio Sanches (MPD) e nenhum voto contra.

A Reunião Plenária foi encerrada às 16 horas e 52 minutos, ficando também encerrada a Sessão Plenária do mês de Maio.